

TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA ENTRE COCOS E CERCAS: QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO BICO DO PAPAGAIO (TO) E OS DESAFIOS SOCIOTERRITORIAIS EM TORNO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS

Taynara Marcondes de Liz

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

taynara.marcondes@unesp.br

Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

rosangela.hespanhol@unesp.br

Resumo

As quebradeiras de coco babaçu são trabalhadoras rurais e extrativistas cuja subsistência e geração de renda dependem do aproveitamento do coco babaçu (*Attalea speciosa*), palmeira nativa da Amazônia brasileira. O artigo investiga as mudanças na vida das quebradeiras de coco babaçu nos povoados de Caxeado, Vinte Mil, Centro dos Ferreira e Centro dos Firmino, em Carrasco Bonito, após a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT), analisando suas percepções, os desafios socioterritoriais de permanência e as estratégias de manutenção do modo de vida extrativista. A pesquisa se baseia na socioterritorialidade e na análise de políticas públicas na Amazônia, a partir da abordagem qualitativa e da metodologia do estudo de caso. Como procedimentos metodológicos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, observações, registros em diário de campo e a análise dos dados foi realizada por meio da técnica de conteúdo de Bardin (2011). Os resultados indicam que a criação da REENT gerou impactos socioterritoriais limitados, além de efeitos negativos, como a não desapropriação de fazendas na área da reserva, o distanciamento entre as políticas públicas e o cotidiano das quebradeiras, as dificuldades de acesso aos babaçuais, a dependência em relação aos proprietários privados, a fragilidade das políticas públicas e a baixa adesão dos jovens ao extrativismo, comprometendo a continuidade desse modo de vida.

Palavras-chave: quebradeiras de coco babaçu; políticas públicas; Amazônia; socioterritorialidade; reserva extrativista; mulheres rurais, mulheres extrativistas.

TERRITORY AND RESISTANCE BETWEEN COCONUTS AND FENCES: BABAÇU COCONUT BREAKERS IN THE BICO DO PAPAGAIO (TO) AND THE SOCIOTERRITORIAL CHALLENGES SURROUNDING THE EXTREME NORTH OF TOCANTINS EXTRACTIVE RESERVE

Abstract

Babaçu coconut breakers are rural and extractivist workers whose subsistence and income depend on the use of the babaçu coconut (**Attalea speciosa**), a palm native to the Brazilian Amazon. This article examines changes in the lives of babaçu breakers in the communities of Caxeado, Vinte Mil, Centro dos Ferreira, and Centro dos Firmino, in Carrasco Bonito, following the creation of the Extreme North of Tocantins Extractive Reserve (REENT), analyzing their perceptions, the socio-territorial challenges of remaining in their territories, and the strategies used to sustain their extractivist way of life. The research is based on the concept of socio-territoriality and the analysis of public policies in the Amazon, using a qualitative approach and a case study method. Methodological

procedures included semi-structured interviews, observations, field diary records, and data analysis through Bardin's (2011) content analysis technique. The results indicate that the creation of the REENT generated limited socio-territorial impacts, along with negative effects such as the lack of expropriation of farms within the reserve area, the gap between public policies and the daily lives of the breakers, difficulties in accessing babaçu groves, dependence on private landowners, the fragility of public policies, and the low participation of younger generations in extractivism, which compromises the continuity of this way of life.

Keywords: babaçu coconut breakers; public policies; Amazon; socio-territoriality; extractive reserve; rural women; extractivist women.

TERRITOIRE ET RÉSISTANCE ENTRE NOIX DE COCO ET CLÔTURES : LES BRISEUSES DE NOIX DE COCO BABAÇU DANS LE BICO DO PAPAGAIO (TO) ET LES DÉFIS SOCIOTERRITORIAUX AUTOUR DE LA RÉSERVE EXTRACTIVISTE DE L'EXTRÊME NORD DU TOCANTINS

Résumé

Les casseuses de noix de babaçu sont des travailleuses rurales et extractivistes dont la subsistance et les revenus dépendent de l'exploitation du babaçu (*Attalea speciosa*), un palmier originaire de l'Amazonie brésilienne. Cet article analyse les changements dans la vie des casseuses de babaçu dans les communautés de Caxeadó, Vinte Mil, Centro dos Ferreira et Centro dos Firmino, à Carrasco Bonito, après la création de la Réserve Extractiviste de l'Extrême Nord du Tocantins (REENT), en examinant leurs perceptions, les défis socioterritoriaux de maintien sur leurs territoires et les stratégies de préservation de leur mode de vie extractiviste. La recherche s'appuie sur le concept de socioterritorialité et sur l'analyse des politiques publiques en Amazonie, selon une approche qualitative fondée sur une étude de cas. Les procédures méthodologiques ont inclus des entretiens semi-directifs, des observations, des notes de terrain, et une analyse des données par la technique d'analyse de contenu de Bardin (2011). Les résultats montrent que la création de la REENT a généré des impacts socioterritoriaux limités, ainsi que des effets négatifs, tels que l'absence d'expropriation des fermes situées dans la zone de la réserve, le décalage entre les politiques publiques et le quotidien des casseuses, les difficultés d'accès aux babaçueiras, la dépendance à l'égard des propriétaires privés, la fragilité des politiques publiques et la faible adhésion des jeunes à l'extractivisme, compromettant la continuité de ce mode de vie.

Mots-clés : casseuses de noix de babaçu; politiques publiques; Amazonie; socioterritorialité; réserve extractive; femmes rurales; femmes extractivistes.

Introdução

Este artigo resulta de uma investigação minuciosa desenvolvida ao longo de dois anos e meio, construída a partir de trabalho de campo, entrevistas e experiências no território, além de revisão bibliográfica e documental, que resultaram em uma dissertação de mestrado. A pesquisa foi orientada por reflexões acerca da invisibilidade de sujeitos e sujeitas marginalizados, silenciados e estigmatizados no campo – trajetórias que raramente aparecem nos livros de História ou Geografia - e cuja compreensão é fundamental para apreender a

realidade dos territórios rurais do Norte do Brasil, especialmente quando não vivenciada de forma direta.

As experiências vividas no Bico do Papagaio durante esta pesquisa revelam um aprendizado antropológico, geográfico e territorial inigualável, que nos faz derrubar todas as hipóteses ou conclusões precipitadas sobre o que achamos ou pensamos dos territórios historicamente marcados pela violência no campo, extrema pobreza e ausência de políticas públicas, especialmente sobre o modo de vida das mulheres que necessitam do coco babaçu para sua sobrevivência. Essas mulheres, em sua grande maioria, são negras, pobres, inseridas no entendimento das interseccionalidades de raça, gênero e classe, e que são alvos da inércia do Estado, das políticas públicas, e da dinâmica do avanço da fronteira agrícola e da capitalização das terras.

O coco babaçu está presente no cotidiano de diversas comunidades como símbolo de sustento, resistência e vínculo com a terra. Nativo do Brasil, ocorre principalmente nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e no extremo norte do Tocantins, onde integra práticas produtivas e modos de vida. Considerado um dos principais produtos florestais não madeireiros do país, o babaçu movimenta cerca de 120 mil toneladas por ano, gerando aproximadamente 120 milhões de reais (Carrazza; Ávila; Silva, 2012). Sua versatilidade possibilita a produção de diversos derivados — como óleo, farinha, carvão vegetal, sabões e cosméticos — constituindo-se como uma importante fonte de renda para milhares de mulheres extrativistas, conhecidas como quebradeiras de coco babaçu (Santos, 2024).

Para além de sua dimensão econômica, o babaçu expressa formas de territorialidade, identidade e resistência. No Bico do Papagaio, região historicamente marcada por conflitos agrários e por intensas transformações nas relações de poder, o extrativismo do babaçu se articula à luta por permanência, reconhecimento e justiça social. Nesse contexto, a territorialidade das quebradeiras de coco babaçu é tensionada por dinâmicas de apropriação privada da terra, pela fragilidade das políticas públicas e pela expansão de interesses econômicos, resultando em um cenário de disputas e invisibilização social e territorial.

É nesse cenário que se insere a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT), localizada no município de Carrasco Bonito, em área de transição entre a Amazônia e o Cerrado. Instituída como instrumento de garantia de direitos às populações tradicionais, a REENT não se consolidou na prática, como território de uso coletivo. A ausência da desapropriação das terras e implementação de políticas públicas

voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais evidencia os limites dessa política, que permanece, em grande medida, restrita ao plano jurídico.

Diante desse contexto, este artigo analisa os impactos socioterritoriais associados à criação da REENT na manutenção do modo de vida das quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio (TO). Busca-se compreender como essas mulheres percebem a reserva extrativista no contexto atual, bem como identificar os desafios enfrentados para a sua consolidação territorial e analisar as estratégias de resistência mobilizadas frente às limitações institucionais e às pressões sobre o território.

A pesquisa, de abordagem qualitativa e fundamentada na metodologia do estudo de caso, deriva de investigação desenvolvida em nível de mestrado, com base em trabalho de campo realizado na região. Como procedimentos metodológicos, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, observações diretas e indiretas, além de registros em diário de campo. A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo a identificação de categorias analíticas, unidades de registro e sentido, construídas a partir das narrativas dos sujeitos envolvidos.

Por fim, destaca-se que a análise das dinâmicas territoriais no Bico do Papagaio exige considerar dimensões interseccionais, especialmente no que se refere ao protagonismo de mulheres rurais, majoritariamente negras, cujas trajetórias estão vinculadas a processos históricos de migração e desigualdade. Assim, compreender a consolidação (ou não) da REENT implica reconhecer que as disputas territoriais não se dão apenas no plano fundiário, mas também nas relações de poder que atravessam gênero, raça e classe.

Território, políticas públicas e interseccionalidades: perspectivas para compreender as territorialidades das quebradeiras de coco babaçu

Compreender as políticas públicas voltadas às populações tradicionais da Amazônia exige reconhecer que o território ultrapassa sua dimensão física, constituindo-se como uma construção social e política produzida por relações de poder, disputas e diferentes formas de apropriação do espaço (Saquet, 2015). Nesse sentido, o ordenamento territorial não corresponde apenas à ação técnica do Estado, mas envolve conflitos entre interesses econômicos, ambientais e sociais que se manifestam em múltiplas escalas (Becker, 2007).

Na Amazônia, essas disputas tornam-se mais evidentes diante da coexistência de diferentes projetos de desenvolvimento. Becker (2007) demonstra que a região é marcada pela tensão entre a expansão do capital e a conservação dos recursos naturais, produzindo

políticas públicas muitas vezes contraditórias. Enquanto parte das ações estatais busca promover a conservação ambiental e fortalecer populações tradicionais, outras favorecem a expansão econômica e intensificam conflitos fundiários, comprometendo a efetividade dessas políticas.

É nesse contexto que surgem as Reservas Extrativistas (Resex), resultado das lutas protagonizadas por populações tradicionais e concebidas como instrumentos capazes de articular conservação ambiental, uso sustentável dos recursos naturais e garantia dos modos de vida locais (Allegretti, 2008; Porto-Gonçalves, 2004). Entretanto, sua institucionalização não assegura, por si só, a efetivação dos direitos territoriais. A ausência de regularização fundiária, de infraestrutura e de políticas públicas integradas limita o potencial dessas unidades como instrumentos de justiça socioambiental (Haddad *et al.*, 2019; Guimarães Júnior *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, Saquet (2015) compreende o território como resultado da apropriação social do espaço, constituído historicamente por relações de poder, identidades e territorialidades. O território, portanto, não é estático, mas continuamente produzido por processos de desterritorialização e reterritorialização. A desterritorialização refere-se à perda do controle e do acesso aos recursos, enquanto a reterritorialização expressa as estratégias de reorganização, permanência e resistência construídas pelos sujeitos sociais diante das transformações econômicas e políticas.

Essa abordagem permite compreender a realidade das quebradeiras de coco babaçu, cuja territorialidade está diretamente vinculada ao acesso aos babaçuais e à reprodução de seus modos de vida. A restrição ao uso desses espaços, provocada pela expansão das propriedades privadas, pelos conflitos fundiários e pela limitada efetivação das políticas públicas, representa um processo contínuo de desterritorialização. Em contrapartida, as formas de organização comunitária, o trabalho coletivo e a defesa dos babaçuais constituem estratégias permanentes de reterritorialização e resistência.

O extrativismo do coco babaçu, presente principalmente nos estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí, representa muito mais que uma atividade econômica. Embora seja realizado por homens e mulheres, Rodrigues (2023) destaca que foram as mulheres que historicamente assumiram o protagonismo dessa prática, transformando-a em elemento central de sua identidade, de sua autonomia e de sua permanência nos territórios.

Sob essa perspectiva, a territorialidade das quebradeiras de coco é construída pelas relações cotidianas que estabelecem com o território, articulando trabalho, cultura,

pertencimento e identidade. Como afirmam Godoi e Aguiar (2018), as políticas territoriais precisam reconhecer a diversidade das experiências vividas pelas mulheres rurais, evitando abordagens homogêneas que desconsiderem suas especificidades sociais e territoriais.

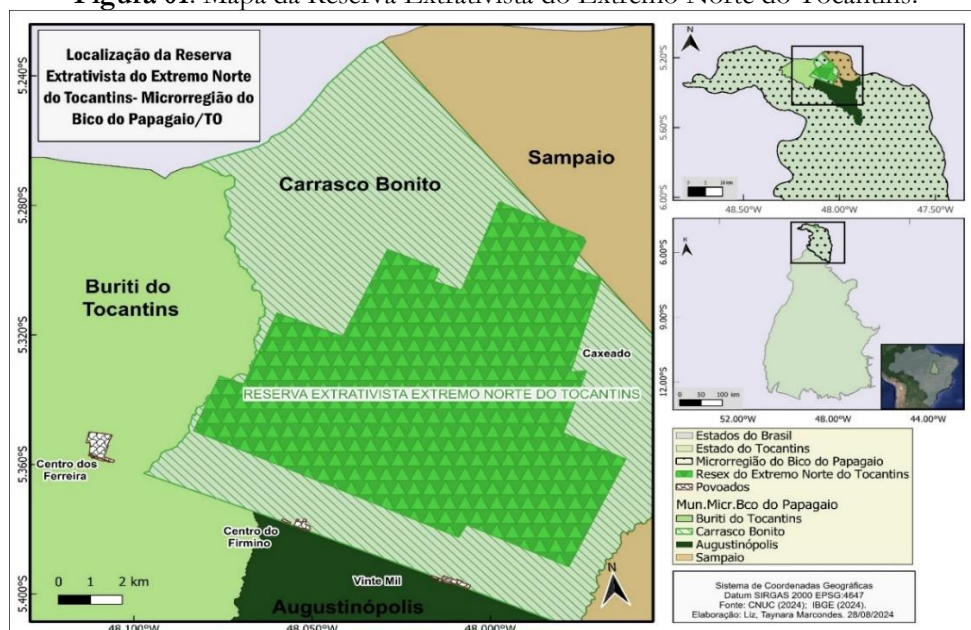
Essa discussão aproxima-se da perspectiva da interseccionalidade proposta por Crenshaw (2004) e aprofundada por Akotirene (2019), ao evidenciar que gênero, raça, classe e na Geografia, o território, constituem dimensões inseparáveis na compreensão das desigualdades vivenciadas por essas mulheres. A interseccionalidade possibilita compreender que as dificuldades enfrentadas pelas quebradeiras não decorrem apenas das limitações das políticas públicas, mas das interseções de diferentes formas de exclusão que condicionam o acesso aos direitos e ao território.

Assim, compreender as territorialidades das quebradeiras de coco babaçu implica reconhecer que sua luta ultrapassa a defesa dos babaçuais. Trata-se da reivindicação pelo direito de permanecer em seus territórios, preservar seus modos de vida e participar da construção de políticas públicas que considerem suas experiências, saberes e formas próprias de organização. Nesse sentido, território, políticas públicas e resistência constituem dimensões indissociáveis para compreender os desafios enfrentados pelas quebradeiras de coco babaçu na Amazônia.

A Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins: da criação à percepção e desafios socioterritoriais das quebradeiras de coco babaçu

A Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) foi estabelecida pelo Decreto nº 535, de 20 de maio de 1992, como uma estratégia para promover a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável na região amazônica do Estado do Tocantins (Sousa, 2015). Este decreto representou um avanço significativo na gestão territorial, refletindo o compromisso com a integração das práticas extrativistas e a proteção dos ecossistemas locais. A REENT é vinculada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), autarquia subordinada à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República. O decreto estabelece um perímetro detalhado, com azimutes e distâncias que delimitam com precisão os limites da área protegida, conforme ilustra a figura 01 (Brasil, 1992).

Figura 01. Mapa da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Inserida no município de Carrasco Bonito e na microrregião do Bico do Papagaio, a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) é uma Unidade de Conservação (UC) com uma área aproximada de 9.280 ha (nove mil e duzentos e oitenta hectares), a REENT faz divisa com os municípios de Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Sampaio e Augustinópolis. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2023) e o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO, 2019), a REENT também se localiza na área de transição entre os biomas brasileiros Amazônia e Cerrado, nas coordenadas geográficas 5°21'4.97"S, 48° 0'42.13"O, conforme ilustrado na Figura 01.

Nesse contexto, a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins foi criada em um momento crucial para o fortalecimento do debate global sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Esse período foi marcado pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), no Brasil, que evidenciou a urgência de enfrentar problemas ambientais e de promover estratégias de sustentabilidade em escala internacional e nacional. Em consonância com essas discussões, o governo brasileiro decidiu ampliar a criação de Reservas Extrativistas (Resex), que visam conservar os recursos naturais e garantir a continuidade dos modos de vida e das práticas tradicionais das populações que habitam esses territórios (Sousa, 2015).

Segundo Oliveira e Sousa (2016), no ano de 2014, a Resex do Extremo Norte contava com aproximadamente 893 pessoas associadas, distribuídas em 237 famílias. Trata-

se, em sua maioria de famílias que vivem no entorno da reserva e acessam as fazendas inseridas na reserva para a realização de atividades extrativistas. A principal dessas atividades é a coleta do coco babaçu, produto fundamental para a subsistência econômica das famílias locais. Mais de 82% das famílias residentes no entorno da reserva estão envolvidas na extração desse fruto, evidenciando a importância econômica desta atividade para a comunidade (UFV/ICMBio, 2014). Essas famílias extrativistas são majoritariamente lideradas pelas quebradeiras de coco babaçu, sujeitas centrais da nossa pesquisa, que assumem papel de protagonista na organização de movimentos e nas lutas por reconhecimento de direitos e pela defesa de seus territórios extrativistas.

Tendo isso em vista, os lócus da nossa investigação foram quatro povoados (Caxeado, Centro dos Ferreira, Centro dos Firmino e Vinte Mil) localizados no entorno da REENT, onde vivem quebradeiras de coco babaçu e suas famílias.

Esses povoados, localizados no entorno da reserva e caracterizados como áreas rurais, são habitados majoritariamente por famílias extrativistas. A seleção das participantes priorizou mulheres que dependem diretamente da atividade de quebra do coco babaçu, tanto para o sustento alimentar quanto para a geração de renda, considerando a centralidade dessa prática em suas dinâmicas econômicas e socioterritoriais.

Vale destacar que, embora as quebradeiras de coco babaçu tenham constituído uma importante organização regional, representada pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) no estado do Tocantins, essa articulação não contempla a totalidade das mulheres dos povoados investigados. Durante o trabalho de campo, diversas participantes relataram não integrar o movimento, manter certo distanciamento em relação à organização ou, ainda, apresentar divergências quanto às suas formas de atuação e representatividade. Nesse contexto, a decisão metodológica de entrevistar quebradeiras que desenvolvem suas atividades de forma autônoma e individual nos povoados buscou contemplar a diversidade de experiências, percepções e trajetórias existentes no território, evitando restringir a análise apenas às mulheres vinculadas às organizações coletivas.

O trabalho de campo foi realizado, inicialmente, no povoado de Caxeado, seguido por Vinte Mil, Centro dos Firmino e Centro dos Ferreira. Às entrevistadas - cujas identidades foram preservadas por meio da adoção de nomes fictícios¹ - perguntou-se se conheciam a

¹ As participantes dos quatro povoados colaboraram voluntariamente com a pesquisa, mas solicitaram que suas identidades não fossem reveladas. Portanto, foram usados nomes fictícios, sem divulgação de rostos. Além

REENT, localizada nas proximidades desses povoados. O Quadro 1 apresenta a identificação das participantes e suas respectivas respostas.

Quadro 01. Entrevistadas nos Povoados.

Nome da Entrevistada	Nome do Povoado	Resposta
Martiana e Seu Chico	Caxeado	Não conhece a reserva.
Orbínea	Vinte Mil	"Sim, conheço. Fica aqui perto."
Arecácea	Centro dos Firmino	Não conhece a reserva.
Eva	Centro dos Ferreira	Conhece a reserva, porém não tem nenhuma relação.

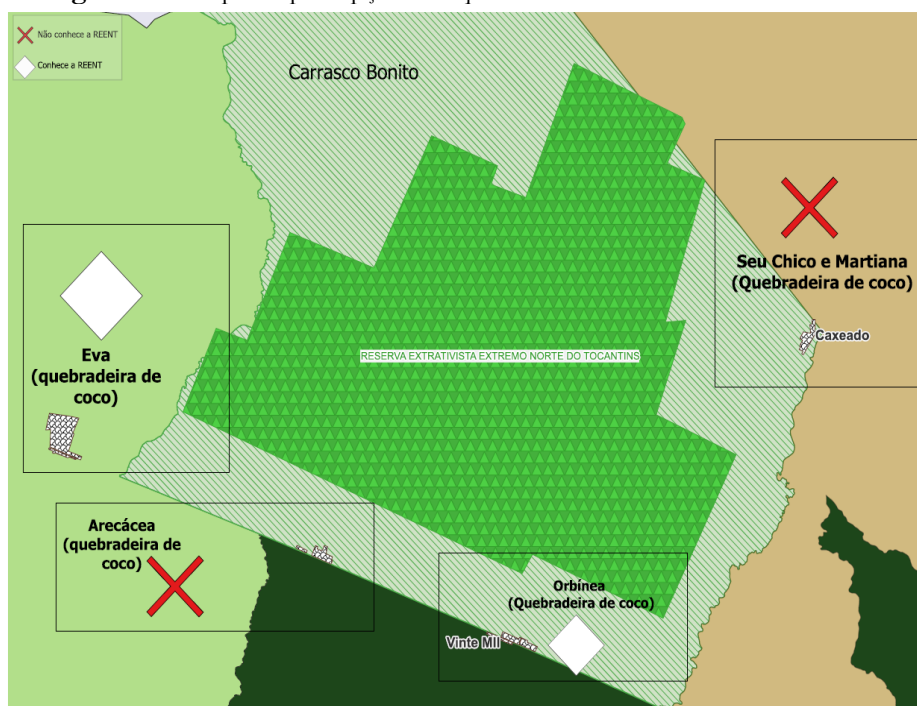
Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

A análise das falas evidencia que a percepção sobre a reserva extrativista é marcada por descontinuidades, silenciamentos e diferentes graus de reconhecimento, revelando não apenas a presença — ou ausência — da REENT no território, mas também os limites de sua efetivação enquanto política pública. Enquanto Dona Orbínea, do povoado Vinte Mil, afirma conhecer a existência da reserva — ainda que de forma pontual, ao mencionar sua localização —, outras entrevistadas, como Arecácea (Centro dos Firmino) e Dona Martiana (Caxeado), declararam não conhecer a REENT, mesmo vivendo diretamente do extrativismo do babaçu. No caso de Dona Eva, do Centro dos Ferreira, embora haja conhecimento sobre a reserva, não se observa o estabelecimento de uma relação concreta com ela.

O mapa da Figura 02 apresenta a percepção das quebradeiras, indicando na legenda qual delas conhece a REENT e qual delas não conhece.

disso, foram rigorosamente observados e respeitados os princípios éticos fundamentais, incluindo consentimento informado verbal e garantia de anonimato para sua proteção.

Figura 02. Mapa da percepção das quebradeiras de coco sobre a REENT.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Esses relatos evidenciam um dado central: embora a reserva extrativista tenha sido institucionalmente criada com o objetivo de atender essas populações, ela não se materializa de forma efetiva no cotidiano das quebradeiras. A ausência de reconhecimento da REENT por parte de mulheres que dependem diretamente do babaçu indica a fragilidade para uma política pública que não se territorializa plenamente, permanecendo distante das práticas, necessidades e vivências locais. Ainda que, em alguns casos, como no povoado Vinte Mil, haja certo nível de reconhecimento da existência da reserva, isso não implica, necessariamente, acesso, uso ou participação em sua gestão. Ao contrário, observa-se uma dissociação entre o instrumento jurídico-institucional e a realidade socioterritorial vivida pelas quebradeiras.

Dessa forma, o desconhecimento, ou o conhecimento fragmentado, sobre a REENT pode ser compreendido não apenas como um problema de informação, mas como expressão de um processo mais amplo de invisibilização e não efetivação das políticas públicas. Trata-se de uma reserva que, embora criada com o propósito de garantir o uso sustentável dos recursos e a reprodução dos modos de vida extrativistas, não se concretiza como território vivido.

Além disso, os relatos indicam que muitas famílias têm recorrido a outras fontes de subsistência, como programas sociais e atividades complementares de geração de renda, o

que evidencia a fragilização do extrativismo como base econômica local. Nesse contexto, a REENT deixa de cumprir sua função estruturante na organização socioterritorial dessas comunidades e passa a existir predominantemente no plano jurídico-institucional, com impacto limitado nas dinâmicas concretas do território e sobre as condições de vida das quebradeiras. Essa situação dialoga com o quadro mais amplo de crise das Reservas Extrativistas na Amazônia e no Cerrado, marcado por limitações na implementação das políticas públicas, fragilidade na gestão participativa, insuficiência de apoio à produção extrativista e intensificação das pressões territoriais por parte do agronegócio e da expansão fundiária. Como resultado, observa-se um distanciamento crescente entre os objetivos originais das Resex — voltados à proteção dos modos de vida tradicionais e à conservação dos recursos naturais — e as condições efetivas de reprodução social das populações extrativistas.

Analisamos os elementos e resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com mulheres quebradeiras de coco babaçu durante o trabalho de campo, considerando suas experiências, percepções e vivências nos povoados investigados.

Para compreender os desafios enfrentados, dialogamos com mulheres que atuam diretamente na luta e na organização social das quebradeiras, como a sindicalista Maria Senhora, cuja trajetória evidencia as tensões e dificuldades vivenciadas no território. É importante destacar que as narrativas, informações e percepções apresentadas são diversas e, por vezes, divergentes, uma vez que cada mulher interpreta e vivencia a realidade a partir de suas próprias trajetórias, experiências e formas de inserção no território.

a) Contribuições dos relatos da sindicalista Maria Senhora

A partir da fala da sindicalista Maria Senhora² (2023), torna-se possível compreender como a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) é percebida a partir da experiência concreta de quem vive e luta no território. Sua narrativa evidencia que os principais desafios relacionados à reserva não se restringem apenas ao seu processo de criação, mas dizem respeito, sobretudo, à sua limitada efetivação enquanto política pública no cotidiano das populações extrativistas.

² Maria Senhora foi a única entrevistada que aceitou se identificar e assinou o termo de consentimento para participação na pesquisa, permitindo o uso de sua fala e a identificação do seu nome real para a pesquisa.

Quadro 02. Relatos da entrevista com Maria Senhora

PERGUNTA	RESPOSTA (FALA DA ENTREVISTADA)
Na sua opinião, a Tobasa³se beneficia mais da Reserva, no estado em que se encontra, do que as quebradeiras?	“Claro. Claro. É o lugar que tem mais coco. A Tobasa se beneficia muito mais. A quebradeira até quebrar cinco quilos de coco para tirar um litro de azeite, né?”
Como a senhora percebe a força dos movimentos sociais das quebradeiras atualmente?	“A gente vê que os movimentos sociais, como o das quebradeiras de coco, estão perdendo força. Antes a mobilização era maior, mas agora, com as grandes famílias. Elas têm muito poder aqui na região e acabam interferindo nos processos de criação e manutenção das reservas. Isso atrapalha a nossa luta pra manter o modo de vida tradicional e proteger o nosso território.”
Como a senhora vê a participação dos jovens na atividade de quebra do coco atualmente?	“Os jovens quebra...quebra entre aspas. Por exemplo, tem menina. Essa menina ali. Ela é minha neta. Outro dia fui lá pra roça porque eu não aguento quebrar coco. Eu só fico, eu só abaixo até dessa altura. Ai era uma comida lá pra botar leite de coco, não comemos porque não tinha quem quebrasse coco. A menina não sabe quebrar coco.”
A senhora acredita que no futuro ainda existirão quebradeiras de coco?	“Não vai ter mais quebradeira. O pior é que não tem um pesquisador que norteia. Até pra nós mesmos, pra nós se preparar mesmo. Pra nortear. Ou faz alguma coisa. Porque daqui vinte e poucos anos, não tem. Ai vai ser uma luta em vão, porque luta pelo coco, aí a empresa vai agradecer lá na frente.”
Como a senhora vê a permanência dos jovens no campo?	“Os menino que já se formou lá na escola agrícola, não querem ficar aqui não. Querem sair, ou pra fazer faculdade ou pra trabalhar. Entendeu? É complicado. História de jovem. Eu fico desacomodada com jovem. Assim com essa ideia que tem na cabeça do sindicalista e do movimento social que o jovem tem que ficar no campo. O jovem tem que ficar no campo, mas tem que ter uma política pública que aguarde o jovem no campo. E não tem. Não tem nem esperança de ter.”
Como a senhora percebe os conflitos no território da reserva?	“Antigamente, os fazendeiros, quando viam que um povoado estava avançando, não aceitavam e partiam para cima das quebradeiras. É o que acontece até hoje, só que de forma mais escondida... As leis que garantem as reservas extrativistas são sempre desrespeitadas, e a pressão nas populações tradicionais cresce né...a gente segue na luta pra tentar ganhar nosso espaço e a nossa forma de viver.”
A senhora acredita que a regularização fundiária traria benefícios?	“Acho que vai, mas acho que vai ser muito difícil. Por exemplo, no orçamento no governo, hoje não tem um centavo para a regularização fundiária. E no orçamento que tá lá no congresso também não tem o suficiente. Entendeu? Eu acho que ainda vai passar o ano que vem pra no outro orçamento, em 2024. Orçamento de 2024 pode ter.”
Existe orçamento suficiente para a regularização da área?	“Assim, bastante orçamento não tem né. Porque vocês viram o acampamento nosso que tem aqui organizado pelo sindicato. Vocês vão ver. Tem 300 famílias. E tem outra mais pra cá do MST que chegaram anteontem. E eles são, não sei nem que diabo, pq quando chegam são demais né. Sei que anteontem eles chegaram.”

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

O Quadro 2 sistematiza as falas da sindicalista Maria Senhora (2023), permitindo evidenciar, a partir de sua própria narrativa, os principais desafios que atravessam a consolidação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT). As

³ Tobasa Bioindustrial, fundada em 1968 em Tocantinópolis (TO), é uma indústria pioneira no beneficiamento do coco babaçu, produzindo óleo, carvão ativado e biomassas energéticas, destacando-se pelo aproveitamento integral do fruto e inovação tecnológica (Macêdo, 2024).”

respostas revelam um conjunto de tensões que vão desde a ausência de efetivação das políticas públicas até a reconfiguração das dinâmicas socioterritoriais no interior da reserva.

De forma geral, as falas apontam para uma percepção de que a REENT, embora instituída legalmente, não se concretiza como um território garantido às quebradeiras de coco babaçu. A afirmação de que *“a Tobasa se beneficia muito mais”* explicita uma assimetria no acesso aos recursos e evidencia como agentes econômicos externos se apropriam, tendo em vista que a Tobasa é uma indústria que comercializa os derivados do babaçu para fora do país, de forma mais vantajosa, de um território que, em tese, deveria priorizar as populações tradicionais. Essa lógica reforça a permanência de desigualdades estruturais e limita a autonomia das quebradeiras.

Outro aspecto central refere-se ao enfraquecimento dos movimentos sociais, evidenciado na fala que aponta a redução da mobilização coletiva e o aumento da influência de “grandes famílias” na região. Esse cenário indica uma reconfiguração nas relações de poder no território, dificultando a organização coletiva e a luta por direitos, o que impacta diretamente na capacidade de consolidação da reserva enquanto política pública efetiva. As falas também evidenciam uma preocupação significativa com a continuidade da atividade extrativista, especialmente diante do distanciamento das novas gerações. A constatação de que *“não vai ter mais quebradeira”* expressa não apenas uma percepção individual, mas um alerta sobre o risco de ruptura na reprodução social e cultural desse modo de vida. Essa problemática é reforçada pela ausência de políticas públicas capazes de garantir condições de permanência dos jovens na atividade e no campo.

Além disso, os relatos sobre os conflitos territoriais demonstram que, mesmo após a criação da REENT, persistem práticas de restrição de acesso e formas de violência simbólica contra as quebradeiras, evidenciando que os dispositivos legais destinados à garantia desses territórios não são plenamente efetivados. A afirmação de que *“a gente segue na luta pra tentar ganhar nosso espaço”* sintetiza a permanência de uma trajetória histórica de luta por reconhecimento, acesso à terra e afirmação de seus direitos territoriais. Por fim, a questão da regularização fundiária aparece como eixo estruturante dos desafios apontados. A ausência de orçamento e de ações concretas por parte do Estado reforça a condição da REENT como uma política pública incompleta, cuja existência permanece, em grande medida, restrita ao plano formal.

Dessa forma, o conjunto das falas evidencia que a REENT é concebida, pelas próprias sujeitas que deveriam ser beneficiadas, como um território em disputa, marcado por

contradições, desigualdades e pela limitada efetividade das políticas públicas, o que compromete diretamente a reprodução social dos modos de vida das quebradeiras de coco babaçu.

b) Desafios encontrados pelas quebradeiras de coco babaçu dos povoados

Para compreender os desafios enfrentados pelas quebradeiras de coco babaçu, realizamos entrevistas com mulheres que vivem exclusivamente dessa atividade nos povoados situados no entorno da REENT, considerando suas experiências e vivências no território (Quadro 03).

Quadro 03. Entrevistados nos Povoados.

Nome/ anônimo	Povoado	Sexo	Idade	Característica	Modalidade
Seu Chico	Caxeado	M	48	Filho de quebradeira de coco	Caderno de Campo
Martiana	Caxeado	F	67	Quebradeira de Coco e comercializa	Caderno de Campo
Arecacea	Centro do Firmino	F	75	Quebradeira de coco e comercializa óleo	Caderno de Campo
Orbínea	Vinte Mil	F	72	Quebradeira de coco	Caderno de Campo
Eva	Centro do Ferreira	F	-	Quebradeira de coco	Caderno de Campo

Fonte: Trabalho de campo (2023). Organizado pelas autoras (2026).

A partir das informações coletadas e apresentadas sobre cada entrevistada em seus respectivos povoados, sistematizamos as principais falas, articulando-as com outros elementos relevantes do trabalho de campo. Essa síntese busca não apenas organizar os dados, mas também viabilizar uma análise mais consistente dos relatos, permitindo a construção de reflexões fundamentadas nas narrativas das quebradeiras de coco babaçu e em suas experiências socioterritoriais.

Quadro 04. Síntese socioterritorial e das percepções das quebradeiras de coco babaçu nos povoados estudados.

Povoado	Características do território	Dinâmica da quebra do coco	Falas das quebradeiras	Principais desafios
Caxeado	Presença de ruas parcialmente pavimentadas; casas de alvenaria e taipa; proximidade com áreas de fazenda dentro da REENT	Atividade ainda central para pouquíssimas algumas famílias; produção de azeite, carvão e amêndoas; trabalho manual intenso e familiar	“Se parar um mês, a gente passa fome.” / “Em Ciriaco... vendem em conjunto... seria bom se fosse assim aqui.”	Baixa valorização do produto; ausência de organização coletiva; associação inoperante; falta de políticas públicas; dependência de autorização para acesso às áreas
Vinte Mil	Comunidade rural com cerca de 1.000 habitantes; inserida na Amazônia Legal; forte dinâmica socioterritorial	Quebra do coco ainda presente, mas não exclusiva; redução da atividade ao longo do tempo	“Muitos ainda quebram coco, mas não é sempre.” / “Não compensa, porque não tem muita gente que compra mais.” / “Os jovens não querem mais trabalhar...”	Queda da demanda; desinteresse dos jovens; redução dos babaçuais; fragilidade organizativa; baixa viabilidade econômica
Centro dos Firmino	Localizado às margens da TO-201; contexto de isolamento e desconfiança social; famílias sem-terra	Produção individualizada; ausência de cooperação entre quebradeiras; trabalho associado à condição de meeiro	Relato de vida: criou os filhos com o coco; desconhecimento da REENT	Desconhecimento da reserva; falta de acesso à terra; ausência de organização coletiva; isolamento produtivo
Centro dos Ferreira	Forte resistência à presença externa; dificuldades metodológicas no campo	Informações limitadas devido à recusa das entrevistas	Recusa em fornecer informações	Barreiras de acesso ao campo; desconfiança; invisibilidade das condições locais

Fonte: Trabalho de campo (2023). Organizado pelas autoras (2026).

A análise dos quatro povoados evidencia que, embora o extrativismo do coco babaçu permaneça presente como elemento constitutivo do modo de vida local, sua importância econômica e social tem sido progressivamente fragilizada. As diferenças entre os povoados revelam distintas formas de organização e inserção territorial, mas convergem para desafios comuns, como a baixa valorização dos produtos do babaçu, a insuficiência de políticas públicas, a fragilidade das organizações coletivas, a dificuldade de acesso aos babaçuais, o desinteresse das novas gerações pela atividade e, em alguns casos, a desconfiança em relação a agentes externos e às próprias políticas destinadas às populações tradicionais.

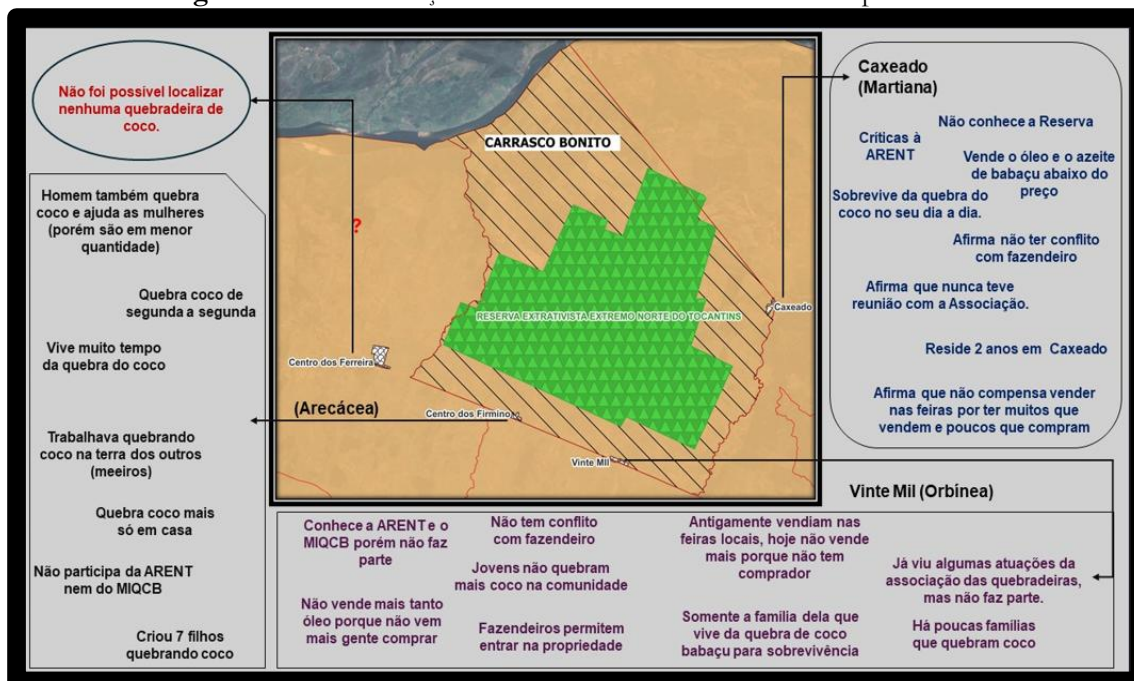
Esses elementos evidenciam que as desigualdades socioterritoriais comprometem tanto a reprodução do extrativismo quanto a permanência das quebradeiras de coco em seus territórios.

No Centro dos Firmino, a realidade mostra-se ainda mais fragmentada, revelando um cenário marcado pelo isolamento produtivo e pelo desconhecimento da própria reserva, o que evidencia a fragilidade da REENT enquanto instrumento de territorialização e de reconhecimento das populações extrativistas. Por sua vez, o Centro dos Ferreira evidencia limites tanto metodológicos quanto políticos da pesquisa, ao revelar um território marcado pela desconfiança e pela dificuldade de acesso às narrativas locais, aspecto que também expressa as tensões e silenciamentos presentes na relação entre as comunidades e as políticas destinadas à região.

De maneira geral, o quadro permite visualizar que os desafios enfrentados pelas quebradeiras não se apresentam de forma homogênea, mas são atravessados por desigualdades territoriais, pela ausência de políticas públicas efetivas, pelo enfraquecimento das formas de organização coletiva e pela perda de centralidade do babaçu na reprodução social das famílias. Esse cenário expressa uma reconfiguração das territorialidades extrativistas, marcada pela redução das condições de acesso aos babaçuais, pela intensificação das pressões fundiárias e pela limitada efetividade das políticas socioambientais voltadas às reservas extrativistas. Ao mesmo tempo, revela elementos de uma crise mais ampla da economia do babaçu, na qual práticas historicamente estruturantes do modo de vida das quebradeiras passam a coexistir com estratégias complementares de subsistência, indicando transformações nas relações com o território e nos processos de reprodução social dessas comunidades.

O mapa apresentado na Figura 04 sintetiza as principais discussões e informações coletadas durante as entrevistas realizadas nos povoados investigados. Seu objetivo é facilitar a visualização e a compreensão espacial dos dados analisados. A representação cartográfica contribui para a organização dos resultados de forma territorializada, permitindo identificar relações, padrões e desigualdades socioterritoriais relevantes entre as áreas estudadas... Além disso, a figura evidencia os principais desafios enfrentados pelas quebradeiras de coco babaçu na REENT, evidenciando, entre outros aspectos, a precariedade de infraestrutura e a insuficiência de políticas públicas voltadas para apoiar a produção e comercialização dos produtos derivados do babaçu, fatores que limitam a consolidação do extrativismo como base de reprodução social dessas comunidades.

Figura 04. Sistematização dos resultados das entrevistas nos povoados.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

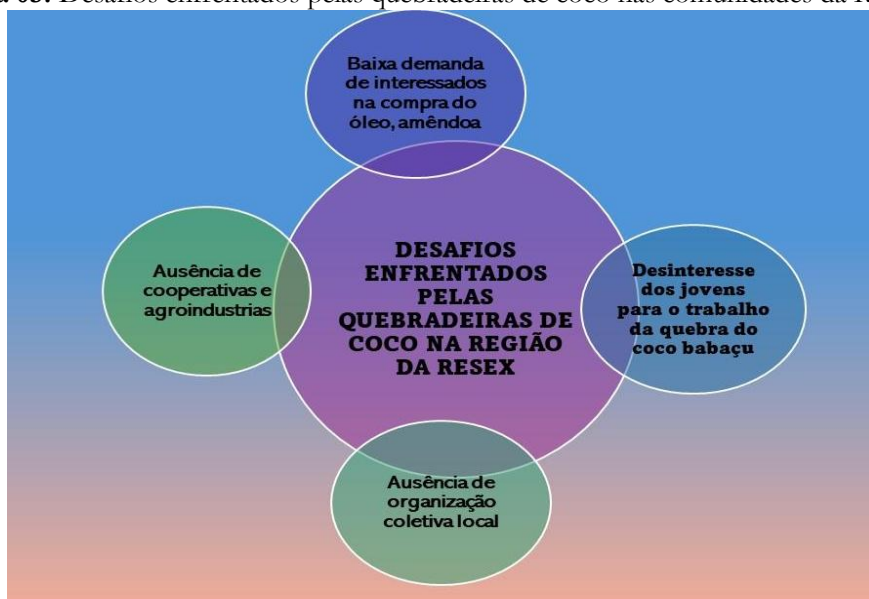
Ao questionar as mulheres sobre a reserva extrativista, criada com o objetivo de beneficiar as famílias da região, constatou-se que, embora a maioria tenha conhecimento da existência da REENT, elas não mantêm qualquer vínculo ou envolvimento direto com a reserva, evidenciando um conhecimento limitado sobre seu funcionamento e propósito. Durante as conversas com as quebradeiras de coco babaçu, foi possível observar um crescente desinteresse por parte dos jovens em relação à atividade, o que constitui um obstáculo significativo para o fortalecimento e a continuidade do extrativismo do babaçu na região. Atualmente, essa prática tem se mantido, em grande parte, restrita às mulheres mais idosas, evidenciando um processo de enfraquecimento geracional do saber fazer tradicional. Esse fenômeno pode ser associado, entre outros fatores, à ausência de políticas públicas voltadas ao incentivo da permanência dos jovens nas atividades extrativistas, o que contribui para que o trabalho com o babaçu seja frequentemente percebido como sinônimo de pobreza e sofrimento, em vez de ser reconhecido e valorizado como uma prática tradicional, sustentável e fundamental para a reprodução socioterritorial das comunidades extrativistas.

As distâncias entre os povoados e os limites da REENT variam de acordo com a localização de cada comunidade. O povoado de Vinte Mil está situado a 1,6 km do limite da REENT, enquanto o Centro dos Firmino encontra-se a 1,65 km de distância. Já o Centro dos Ferreira está a 3,35 km, e o povoado de Caxeado fica a 3,41 km do limite da reserva,

conforme os mapas apresentados (Figuras 02 e 03). Essas variações destacam a proximidade relativa das comunidades em relação à REENT.

Analisando a Figura 05, que ilustra as estratégias de produção e comercialização dos produtos derivados do babaçu, como o azeite e as amêndoas, fica evidente que o território da reserva extrativista apresenta uma estrutura precária e carece de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos circuitos de comercialização desses produtos.

Figura 05. Desafios enfrentados pelas quebradeiras de coco nas comunidades da REENT.



Fonte: Trabalho de campo (2023). Org: Elaborado pelas autoras (2025).

A venda em feiras ou estabelecimentos comerciais locais tornou-se cada vez mais limitada, em razão da alta concorrência e da redução da demanda. As quebradeiras relatam que, embora anteriormente houvesse maior demanda pelo azeite de babaçu, atualmente o interesse pelos produtos derivados da palmeira mostra-se insuficiente para garantir a reprodução econômica das famílias exclusivamente por meio dessa atividade, o que reforça o processo de fragilização do extrativismo como base de sustento local para garantir a reprodução econômica das famílias exclusivamente por meio dessa atividade, o que reforça o processo de fragilização do extrativismo como base de sustento local.

As entrevistadas destacaram a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes de apoio ao desenvolvimento de agroindústrias locais. A *práxis* das mulheres no desenvolvimento de políticas territoriais é fundamental, enfatizando os desafios atuais que enfrentam e suas demandas sociais. A busca pela justiça territorial sustentável deve partir das ações e do protagonismo dos sujeitos locais.

As ilustrações da Figura 06 mostram o cenário territorial dos povoados ao redor da REENT. Observa-se que, embora algumas quebradeiras ainda realizem o extrativismo, atualmente essa prática é predominantemente exercida por mulheres idosas, não havendo a participação de jovens.

Figura 06. Imagens e ilustrações dos povoados e quebradeiras que residem entorno da REENT.



Fonte: Trabalho de campo (2023). Organização: As autoras (2025, 2026).

Alguns desafios enfrentados pelas quebradeiras de coco babaçu na REENT tornam-se evidentes a partir das observações de campo e das entrevistas realizadas, tais como:

- Comunidades Tradicionais *vs.* Interesses Econômicos: as comunidades tradicionais, como as quebradeiras de coco babaçu, enfrentam a pressão de grandes proprietários de terras que buscam expandir suas atividades na região. Essa tensão entre a preservação das práticas tradicionais e a exploração econômica é um conflito central;
- Pressão por Expansão *vs.* Sustentabilidade: há uma constante oposição entre a necessidade das comunidades locais de manter suas práticas sustentáveis e os interesses de corporações que buscam aumentar a produção agrícola e pecuária. Esses interesses muitas vezes são incompatíveis com a sustentabilidade e com a prática extrativista;
- Conflitos de Terras e Recursos: a disputa pelo uso e controle dos recursos naturais, como o coco babaçu, evidencia um confronto direto entre as necessidades das comunidades tradicionais e os interesses econômicos. Isso resulta em um cenário de

negociações e conflitos frequentes;

- Precariedade na Comercialização e Baixa Valorização dos Subprodutos do Babaçu: no que se refere aos problemas relacionados à baixa demanda e à desvalorização dos subprodutos do babaçu, observa-se que o valor pago pela amêndoa é significativamente reduzido, situando-se abaixo de patamares considerados adequados para a sustentabilidade econômica da atividade. No momento da pesquisa de campo (setembro de 2023), o preço pago estava em R\$ 8,00 por kg da amêndoa, o que inviabiliza a geração de renda suficiente para as quebradeiras de coco. Além disso, há dificuldades no escoamento da produção, especialmente de subprodutos como o carvão e própria a amêndoa, cujos preços também são desvalorizados em razão da ausência de infraestrutura adequada e mercados consolidados.

Soma-se a isso, a ausência de planejamento coletivo e de estratégias organizadas de comercialização, o que contribui para a fragmentação da produção e limita a inserção dessas trabalhadoras em circuitos mais estruturados e competitivos de mercado. Limitações no Acesso a Financiamento e Infraestrutura para Agroindústrias Locais: a dificuldade de acessar financiamento e infraestrutura adequada para desenvolver uma agroindústria local é um dos principais entraves enfrentados pelas quebradeiras de coco babaçu. A falta de recursos financeiros impede a modernização e expansão das atividades produtivas, o que dificulta a transformação dos subprodutos do babaçu em itens de maior valor agregado. Sem uma agroindústria bem estruturada, a comunidade continua dependente da venda de matérias-primas a preços baixos, o que agrava a precariedade econômica.

À luz dessas discussões, a análise volta-se para as transformações na vida das quebradeiras de coco babaçu do Bico do Papagaio, especialmente nos povoados de Caxeado, Vinte Mil, Centro dos Ferreira e Centro dos Firmino, após a criação da REENT, bem como identificar os processos socioterritoriais envolvidos e os desafios atuais para a permanência em seus territórios. Para isso, organizamos a análise a partir de duas categorias: (i) concepções e percepções das quebradeiras sobre a REENT; e (ii) desafios e estratégias contemporâneas.

Com base no método de categorização e codificação proposto por Bardin (2011), realizamos uma análise sistemática das respostas coletadas, com o intuito de responder às perguntas de pesquisa e alcançar os objetivos delineados. Essa abordagem nos permitiu organizar e interpretar os dados de forma a destacar as categorias emergentes, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas socioterritoriais vivenciadas pelas quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio, bem como os impactos

associados à criação da REENT em seus modos de vida e em seus processos de reprodução territorial.

Quadro 05. Síntese dos resultados a partir das categorias e unidades da pesquisa.

Categorias	Unidades de Registro	Unidades de Sentido
Concepção e percepção das quebradeiras entrevistadas e sua relação socioterritorial com a REENT	Povoado de Caxeado	Não conhece a reserva.
	Povoado de Vinte Mil	Sim, conheço. Fica aqui perto."
	Centro do Firmino	"Não conhece a reserva."
	Centro dos Ferreira	Conhece a reserva, porém não tem nenhuma relação.
Desafios e estratégias atuais das quebradeiras	Ausência de políticas públicas eficazes para a comercialização como cooperativas e agroindústrias	As entrevistas destacam a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes de apoio ao desenvolvimento de agroindústrias locais.
	Dificuldade na comercialização e escoamento dos produtos derivados do babaçu (azeite e amêndoas)	Há pouca demanda de amêndoas e do azeite babaçu, pois já há muitas feiras locais, próximo da região, com muita oferta.
	Baixa valorização dos subprodutos do babaçu	Por isso, ganham muito pouco: 50 reais 2 litros de azeite babaçu) na venda dos produtos do babaçu na região.
	Baixíssimo interesse dos jovens pelo trabalho extrativista	“Os jovens quebra...quebra entre aspas. Por exemplo, tem menina. Essa menina ali. Ela é minha neta. Outro dia fui lá pra roça porque eu não aguento quebrar coco. Eu só fico, eu só abaixo até dessa altura. Ai era uma comida lá pra botar leite de coco, não comemos porque não tinha quem quebrasse coco. A menina não sabe quebrar coco” (Senhora, 2023).
	Enfraquecimento da mobilização e da organização política das quebradeiras de coco babaçu	“A gente vê que os movimentos sociais, como o das quebradeiras de coco, estão perdendo força. Antes a mobilização era maior, mas agora, com as grandes famílias. Elas têm muito poder aqui na região e acabam interferindo nos processos de criação e manutenção das reservas. Isso atrapalha a nossa luta pra manter o modo de vida

		tradicional e proteger o nosso território” (Senhora, 2023).
	Como estratégias atuais, as quebradeiras recorrem a benefícios sociais como o Bolsa Família como renda principal. Entram nas fazendas sob autorização dos fazendeiros e comercializam os subprodutos do babaçu em feiras locais.	Ela comenta que os proprietários nunca impediram de entrar para a coleta do coco babaçu, no entanto, a autorização é somente para coletar o coco, pois os trabalhos posteriores devem ser feitos, fora da fazenda. Assim, ela comenta que nas margens da rua, fora das fazendas, as quebradeiras de coco constroem casas feitas de babaçu para realizarem o trabalho da quebra do coco.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Ao analisar as percepções das quebradeiras, observa-se um cenário de distanciamento e desconhecimento sobre a reserva. Nos povoados investigados, a REENT pouco se insere no cotidiano dessas mulheres, sendo percebida de forma fragmentada ou, em muitos casos, inexistente. Apenas uma entrevistada demonstrou reconhecer sua presença, enquanto as demais revelaram desconhecimento, evidenciando a fragilidade da reserva enquanto política pública efetiva e espaço de gestão socioterritorial.

Nesse contexto, a ausência de informação, de participação comunitária e de ações institucionais efetivas contribui para a fragilidade – ou mesmo inexistência - de vínculos concretos entre as quebradeiras e a REENT. Assim, uma política concebida para garantir o uso sustentável dos recursos naturais não se materializa na prática, sobretudo diante da não desapropriação das terras e da permanência de estruturas latifundiárias no território.

Quanto aos desafios atuais, destacam-se a precariedade das políticas públicas, as dificuldades de comercialização dos produtos de babaçu, o desinteresse dos jovens pela atividade extrativista e o enfraquecimento das formas de organização coletiva. Soma-se a esse cenário a pressão exercida por grandes empresas, que concentram o mercado e limitam o acesso das quebradeiras aos recursos naturais e aos canais de comercialização, aprofundando desigualdades econômicas e territoriais existentes.

A evasão dos jovens e a falta de incentivos para permanência no campo comprometem a continuidade das práticas tradicionais, enquanto a fragilidade dos

movimentos sociais reduz a capacidade de mobilização e resistência. Além disso, a própria criação da REENT ocorreu sem ampla participação das comunidades, gerando frustrações e contribuindo para seu distanciamento atual.

Diante desse cenário, as quebradeiras desenvolvem diferentes estratégias adaptativas, como a diversificação das fontes de renda, a comercialização individual dos produtos e o acesso aos babaçuais mediante autorização de fazendeiros. Ainda assim, permanecem submetidas a limitações estruturais significativas, como as dificuldades de escoamento da produção e a ausência de mercados consolidados para os subprodutos do babaçu. Nesse contexto, iniciativas como o envio de amêndoas para beneficiamento em outros municípios surgem como alternativas importantes, embora ainda se apresentem de forma pontual e insuficiente para garantir a sustentabilidade econômica da atividade extrativista.

Por fim, observa-se que programas sociais, como o Bolsa Família, embora essenciais para a reprodução das famílias, também contribuem para a redução da participação da atividade extrativista, ao favorecer o deslocamento de parte da força de trabalho para outras ocupações e estratégias de sobrevivência. Assim, apesar de representar uma conquista histórica para as populações extrativistas, a REENT não se consolidou plenamente como instrumento de fortalecimento socioterritorial, permanecendo marcada por contradições entre sua formalização legal e sua efetivação no cotidiano das quebradeiras de coco babaçu.

Considerações Finais

Chegar ao final desta análise suscita, ao mesmo tempo, a sensação de percurso cumprido e inquietações que permanecem em aberto. Ainda que o estudo tenha alcançado os objetivos propostos, o contato com o campo evidenciou a complexidade das dinâmicas socioterritoriais que atravessam a realidade das quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio. Foi, sobretudo, a escuta atenta dessas mulheres que permitiu ultrapassar hipóteses iniciais e compreender, de forma mais aprofundada, as contradições que permeiam seu modo de vida, suas estratégias de resistência e suas relações com o território. Os resultados apontam que a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT), embora represente uma conquista formal, produziu impactos socioterritoriais ainda limitados. Na prática, a reserva não se consolidou como um instrumento efetivo de garantia de direitos para as populações extrativistas. A ausência de processos de desapropriação e de políticas públicas estruturantes contribuiu para a permanência do domínio privado de áreas inseridas

no território da reserva, obrigando as quebradeiras a negociar o acesso aos babaçuais com fazendeiros, o que fragiliza sua autonomia territorial e suas condições de reprodução social.

Assim, o que se observa é a continuidade e, em certa medida, o aprofundamento de uma dinâmica desigual, na qual o extrativismo persiste de forma precarizada. Nesse contexto, a vida dessas mulheres se reorganiza a partir de estratégias de sobrevivência que combinam o extrativismo, o acesso a programas sociais e a realização de atividades complementares de geração de renda, evidenciando a adaptação diante de um território que não lhes garante condições plena de autonomia. A REENT, portanto, materializa-se mais no plano jurídico-institucional do que no cotidiano das quebradeiras, revelando um distanciamento significativo entre a formulação da política pública e sua efetivação nas realidades socioterritoriais vividas.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de repensar os caminhos de implementação da reserva, especialmente no que se refere à desapropriação das terras para o uso sustentável e territorial, ao fortalecimento das organizações locais e à construção de políticas públicas efetivamente alinhadas às demandas e aos modos de vida dessas mulheres. Sem avanços nessas dimensões, a REENT tende a permanecer como uma conquista simbólica, incapaz de assegurar condições dignas de reprodução social e territorial para as quebradeiras de coco babaçu.

Reafirma-se, por fim, que o território não se limita à sua institucionalização jurídico-administrativa, mas envolve relações de poder, processos de construção de identidade e formas concretas de controle e apropriação do espaço. Nesse sentido, a efetivação dos direitos das quebradeiras de coco babaçu passa, necessariamente, por sua capacidade de se apropriar do território e de participar ativamente de sua gestão. Enquanto isso não se concretizar, a luta dessas mulheres seguirá marcada por estratégias cotidianas de resistência cotidiana em um espaço que, embora legalmente instituído, ainda não se constitui, de fato, como território plenamente reconhecido e garantido para essas mulheres.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, Bertha. A Amazônia e a política ambiental brasileira. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: **Lamparina**, v. 3, p. 209-229, 2007.

BRASIL. Decreto nº 535, de 20 de maio de 1992. Cria a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 21 maio 1992. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/113512/decreto-535-92>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. Decreto nº 535, de 20 de maio de 1992. Cria a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, no Município de Sampaio, Estado de Tocantins, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 maio 1992. Seção 1, p. 6687. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/resex-extremo-norte-do-estado-do-tocantins/arquivos/tocantinsdecreto.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2026.

BRASIL. **Lei Nº9985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasil: Congresso Nacional, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em 09 de fevereiro de 2025.

CARRAZZA, Luis Roberto; ÁVILA, João Carlos Cruz; SILVA, Mariane Lima da. Aproveitamento integral do fruto e da folha do babaçu (*Attalea spp.*). **Brasília, ISPN**, v. 68, 2012. Disponível em: <https://ispn.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ManualTecnologicoBabacu.pdf>. Acesso em 23 de março de 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília, DF: UNIFEM, 2004. p. 7-16.

GODOI, Emília Pietrafesa de; AGUIAR, Vilênia V. Porto. Mulheres e territórios vividos em contextos rurais: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial. **Cadernos Pagu**, p. 207, 2018.

GUIMARÃES JUNIOR, José Carlos; MIRANDA, Ires Paula de Andrade; LASMAR, Dimas José. **O extrativismo da piaçava (*Leopoldinia piassaba* Wallace) no município de Barcelos-AM. 2021**. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/38080>. Acesso em 21/01/2025.

HADDAD, Rogério Delbone et al. Análise social, econômica e histórica das reservas extrativistas da Amazônia: lutas e trajetórias. *Espacio abierto: Cuaderno venezolano de sociologia*, v. 28, n. 2, p. 93-110, 2019.

ISA, Unidade de Conservação no Brasil. Reserva Extrativista do Extremo Norte do Brasil, 2024. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/631>. Acesso em 20 de janeiro de 2026.

MACÊDO, Lidiane Brandão. **O coco babaçu e a Tobasa: impactos para o Povoado Folha Grossa no Município de Tocantinópolis - TO. 51 f. 2024**. Monografia (Graduação) - Curso de Educação Educação do Campo, UFNT, Tocantinópolis, 2023. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/6663>. Acesso 26 de setembro de 2024.

OLIVEIRA, Marcelo Romarco; SOUSA, Dayane Neves. A luta pela regularização fundiária da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. **Acta Geográfica**, v. 10, n. 23, p. 111-129, 2016. Disponível em: <https://extensao-rural.ufv.br/wp-content/uploads/2018/02/Regularizacao-fundiaria-resex.pdf>. Acesso em 23 de julho de 2026.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RODRIGUES, Doralice Pereira. As quebradeiras de coco babaçu no povoado centro dos borges do município de riachinho-Tocantins em 2021 e 2022. 2022. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, 2022.

SANTOS, Luciano Laurindo dos. **Territórios, territorialidades e lutas sociais na Amazônia Oriental**. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. 218 p. ISBN 978-65-5861-483-8.

SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS; Adriana Siqueira dos; SANTOS, Renato da Silva dos. **O aproveitamento total do coco babaçu**. 2022. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas-EAD) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2022. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/6354>. Acesso em 22 de março de 2026.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por una geografía de las territorialidades y las temporalidades**. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UNLP), 2015.

SOUSA, Dayane Rouse Neves. **Transformações na vida das populações tradicionais a partir da criação da Resexdo Extremo Norte do Estado do Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) -Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG.2015. 111p

UFV/ICMBio. **Apoio ao processo de identificação das famílias beneficiárias e diagnóstico socioproductivo em Unidades de Conservação Federais**. Viçosa-Brasília, 2014.

Recebido em: abril de 2026

Aceito em: julho de 2026